

GÊNEROS TEXTUAIS E DISCURSIVOS: UMA ANÁLISE À LUZ DE BAKHTIN E OUTROS AUTORES CONTEMPORÂNEOS

Carolina Bernardes de Ávila

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Franca-UNIFRAN-Franca, SP.

<http://lattes.cnpq.br/5814487990928635>

<https://orcid.org/0009-0008-4676-1370>

E-mail: cbernardesdeavila@yahoo.com.br

Claudia de Fátima Oliveira

Doutora em Língua Portuguesa. Docente da Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Franca-UNIFRAN-Franca, SP.

<http://lattes.cnpq.br/4665504606205580>

<https://orcid.org/0000-0001-7695-1679>

E-mail: cfoliveira@unifran.edu.br

Helena de Fátima Bernardes Millani

Pós-doutorado em Educação pela UNESP de Assis, SP. Docente no Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos, UNIFIO, Ourinhos-SP.

<http://lattes.cnpq.br/6071266400191834>

<https://orcid.org/0009-0004-1356-550X>

E-mail: hfbm@bol.com.br

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2026.V1N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2026.V1N3-36>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar os gêneros textuais e discursivos à luz das contribuições teóricas de Mikhail Bakhtin, Luiz Antônio Marcuschi, Ingedore Villaça Koch, Norman Fairclough e Michel Foucault, com foco no contexto educacional. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, com abordagem teórico-bibliográfica, que busca compreender os gêneros discursivos como práticas sociais dinâmicas, atravessadas por dimensões interacionais, cognitivas e ideológicas. A análise evidencia que os gêneros não se restringem a estruturas formais, mas constituem instrumentos de ação social, fundamentais para a construção de sentidos e para a formação crítica dos sujeitos. No âmbito educacional, destaca-se a importância de práticas pedagógicas que valorizem o uso social da linguagem, promovendo o letramento crítico e a participação ativa dos alunos. Considera-se que o trabalho com gêneros discursivos contribui significativamente para a formação de sujeitos capazes de compreender, questionar e transformar as práticas discursivas presentes na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Gêneros discursivos. Linguagem. Educação. Letramento Crítico. Prática Social.

TEXTUAL AND DISCURSIVE GENRES: A THEORETICAL ANALYSIS BASED ON BAKHTIN AND CONTEMPORARY SCHOLARS

ABSTRACT: This article aims to analyze textual and discursive genres based on the theoretical contributions of Mikhail Bakhtin, Luiz Antônio Marcuschi, Ingedore Villaça Koch, Norman Fairclough, and Michel Foucault, focusing on the educational context. This is a qualitative study with a theoretical and bibliographic approach, seeking to understand discursive genres as dynamic social practices shaped by interactional,

cognitive, and ideological dimensions. The analysis shows that genres go beyond formal structures and function as instruments of social action, essential for meaning construction and the development of critical thinking. In the educational field, the importance of pedagogical practices that emphasize the social use of language is highlighted, promoting critical literacy and active student participation. It is concluded that working with discursive genres significantly contributes to the formation of individuals capable of understanding, questioning, and transforming the discursive practices present in society.

KEYWORDS: Discursive Genres. Language. Education. Critical Literacy. Social Practice.

INTRODUÇÃO

A linguagem, compreendida como prática social, histórica e ideologicamente constituída, ultrapassa a condição de mero instrumento de comunicação para assumir o estatuto de mediadora das relações humanas, configurando-se como espaço privilegiado de produção, circulação e disputa de sentidos. Nesse cenário, os gêneros textuais e discursivos não podem ser reduzidos a modelos estruturais ou tipologias classificatórias, mas devem ser entendidos como formas relativamente estabilizadas de enunciação que emergem das necessidades comunicativas concretas dos sujeitos em interação, refletindo e refratando as condições sociais de sua produção.

É nesse horizonte teórico que se insere a contribuição de Mikhail Bakhtin (1997), cuja abordagem inaugura uma ruptura significativa com perspectivas formalistas da linguagem. Para o autor, toda atividade humana está intrinsecamente ligada ao uso da linguagem, que se materializa por meio de enunciados concretos, sempre situados em contextos sociais específicos. Esses enunciados organizam-se em gêneros do discurso, definidos como tipos relativamente estáveis, estruturados a partir de uma tríade indissociável: conteúdo temático, estilo e construção composicional, o que evidencia a inseparabilidade entre linguagem e prática social.

A dimensão dialógica da linguagem, também enfatizada por Bakhtin, revela que todo enunciado se constitui como resposta a outros enunciados e projeta possíveis réplicas, configurando um processo contínuo de interação. Assim, os gêneros discursivos tornam-se espaços de circulação de vozes sociais, nos quais se manifestam diferentes posicionamentos ideológicos, evidenciando que a linguagem é atravessada por tensões, disputas e negociações de sentido, afastando qualquer pretensão de neutralidade.

Autores contemporâneos ampliam essa discussão ao enfatizar o caráter dinâmico e adaptativo dos gêneros. Luiz Antônio Marcuschi (2008) destaca que os gêneros textuais são fenômenos sociocomunicativos em constante transformação, acompanhando as mudanças tecnológicas e culturais da sociedade. Nessa mesma direção, Ingedore Villaça Koch (2010) enfatiza o papel da interação na construção dos sentidos, evidenciando que a compreensão textual depende de processos inferenciais e do compartilhamento de conhecimentos entre os interlocutores.

Diante desse quadro, evidencia-se a relevância de investigar os gêneros textuais e discursivos não apenas sob uma perspectiva estrutural, mas como dispositivos que participam ativamente da organização social, influenciando práticas comunicativas, relações de poder e formas de produção de conhecimento. Tal abordagem torna-se especialmente pertinente no contexto contemporâneo, marcado pela intensificação das interações mediadas por tecnologias digitais e pela emergência de novos gêneros discursivos.

Nesse sentido, justifica-se o presente estudo pela necessidade de aprofundar a compreensão dos gêneros discursivos como fenômenos dinâmicos e socialmente construídos, contribuindo para uma leitura mais crítica das práticas comunicativas e para o aprimoramento das competências de produção e interpretação textual em diferentes contextos acadêmicos e profissionais.

Assim, o presente artigo tem como objetivo geral analisar os gêneros textuais e discursivos à luz da teoria bakhtiniana, articulando-a com contribuições contemporâneas, a fim de compreender sua função social, sua dinamicidade e seu papel na constituição das práticas discursivas. Como objetivos específicos, busca-se: (i) discutir a concepção de gêneros do discurso em Bakhtin; (ii) analisar as contribuições de autores contemporâneos; e refletir sobre a aplicabilidade desses conceitos nas práticas sociais atuais.

Quanto à metodologia, trata-se de um estudo de natureza qualitativa, com abordagem teórico-bibliográfica, fundamentado na análise de obras clássicas e contemporâneas da linguística textual e da análise do discurso. Foram selecionados autores de referência na área, cujas contribuições possibilitam uma compreensão aprofundada e crítica do objeto em estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

CONCEPÇÃO DE GÊNEROS DISCURSIVOS EM BAKHTIN

A teoria dos gêneros discursivos desenvolvida por Mikhail Bakhtin constitui um marco fundamental na compreensão da linguagem como prática social, ao deslocar o foco de uma análise estrutural e normativa para uma abordagem centrada na interação, na historicidade e na dimensão ideológica do discurso. Para o autor, a linguagem não se realiza em abstrações gramaticais, mas em enunciados concretos, produzidos por sujeitos historicamente situados, em contextos sociais específicos (Bakhtin, 1997).

Nesse sentido, o enunciado passa a ser a unidade real da comunicação, caracterizado não apenas por sua materialidade linguística, mas também por sua inserção em uma cadeia discursiva. Cada enunciado é, simultaneamente, resposta a enunciados anteriores e antecipação de respostas futuras, o que evidencia o princípio do dialogismo como eixo estruturante da linguagem. Assim, não há discurso isolado, mas uma rede contínua de interações discursivas.

A noção de dialogismo, em Bakhtin, ultrapassa a ideia de diálogo como simples troca verbal, configurando-se como um princípio ontológico da linguagem. Todo enunciado é atravessado por múltiplas vozes sociais, fenômeno que o autor denomina heterogeneidade discursiva ou polifonia. Dessa forma, os gêneros discursivos tornam-se espaços de circulação e confronto de diferentes posicionamentos ideológicos, revelando que a linguagem é constitutivamente plural e marcada por tensões.

Ao definir os gêneros do discurso como tipos relativamente estáveis de enunciados, Bakhtin (1997) enfatiza que essa estabilidade é sempre provisória e condicionada pelas práticas sociais. Cada gênero se organiza a partir de três elementos indissociáveis — conteúdo temático, estilo e construção composicional —, os quais não podem ser compreendidos separadamente, pois refletem as condições específicas de produção e circulação dos discursos.

Entretanto, reduzir a teoria bakhtiniana a essa tríade seria insuficiente. Um aspecto central frequentemente negligenciado é a noção de responsividade. Para Bakhtin, todo enunciado pressupõe uma atitude responsiva do interlocutor, seja ela ativa ou silenciosa.

Isso significa que a compreensão não é passiva, mas implica uma tomada de posição frente ao discurso do outro. Assim, os gêneros discursivos também funcionam como orientadores dessa responsividade, regulando expectativas e possibilidades de resposta.

Outro ponto relevante refere-se à distinção entre gêneros primários e secundários. Os gêneros primários, vinculados à comunicação cotidiana, apresentam maior espontaneidade, enquanto os secundários, como os textos científicos, são mais complexos e elaborados, incorporando e reorganizando gêneros primários (Bakhtin, 1997). Essa relação evidencia a dinâmica interna dos gêneros e sua capacidade de transformação.

Além disso, a linguagem, na perspectiva bakhtiniana, é inseparável da ideologia. Cada enunciado carrega valores, crenças e visões de mundo, sendo, portanto, um espaço de materialização ideológica. Nesse sentido, os gêneros discursivos não são neutros, mas participam ativamente da construção e da circulação de sentidos socialmente compartilhados.

Dessa forma, compreender os gêneros discursivos em Bakhtin (1997) implica reconhecê-los como fenômenos complexos, que articulam linguagem, sociedade e ideologia. Mais do que formas de organização textual, os gêneros são instrumentos de ação social, por meio dos quais os sujeitos se posicionam, interagem e produzem sentidos no interior das práticas sociais.

GÊNEROS TEXTUAIS COMO PRÁTICAS SOCIAIS: CONTRIBUIÇÕES DE MARCUSCHI

A abordagem dos gêneros textuais como práticas sociais encontra em Luiz Antônio Marcuschi um de seus principais expoentes no contexto brasileiro, ao propor uma compreensão que ultrapassa modelos estruturalistas e classificatórios. Para o autor, os gêneros não devem ser entendidos como formas fixas ou moldes previamente determinados, mas como eventos comunicativos dinâmicos, historicamente situados e funcionalmente orientados pelas necessidades de interação social (Marcuschi, 2008).

Nessa perspectiva, os gêneros textuais são concebidos como formas de ação social, uma vez que se vinculam diretamente às práticas cotidianas dos sujeitos. Cada

gênero emerge de situações comunicativas recorrentes e se estabiliza na medida em que atende a determinadas finalidades sociais, como informar, argumentar, instruir ou regulamentar comportamentos. Assim, a existência dos gêneros está intrinsecamente relacionada às atividades humanas, sendo impossível dissociá-los do contexto em que são produzidos e utilizados.

Marcuschi (2008) enfatiza que a estabilidade dos gêneros é apenas relativa, pois eles estão em constante processo de transformação. Tal dinamicidade decorre das mudanças sociais, culturais e tecnológicas, que exigem novas formas de interação e, conseqüentemente, a criação ou adaptação de gêneros. Nesse sentido, os gêneros não são entidades estáticas, mas processos em movimento, que se reorganizam conforme as demandas comunicativas emergentes.

Um dos aspectos mais relevantes na teoria de Marcuschi é a recusa de uma tipologia rígida de gêneros. O autor argumenta que qualquer tentativa de classificação definitiva tende a ser limitada, dado o caráter fluido e híbrido das práticas discursivas. Em vez disso, propõe uma abordagem funcional, centrada no uso e na finalidade comunicativa, destacando que os gêneros devem ser analisados a partir de sua inserção nas práticas sociais.

Outro ponto central refere-se à relação entre gêneros e letramento. Para Marcuschi (2008), o domínio dos diferentes gêneros textuais é condição fundamental para a participação efetiva dos indivíduos na vida social, acadêmica e profissional. O letramento, nesse contexto, não se restringe à capacidade de decodificação, mas envolve a habilidade de compreender, produzir e interpretar textos em diferentes gêneros, de acordo com as exigências das diversas esferas sociais.

A contribuição de Marcuschi (2008) torna-se ainda mais relevante quando se considera o impacto das tecnologias digitais sobre os gêneros textuais. O autor observa que o advento da comunicação mediada por computador promoveu a emergência de novos gêneros, bem como a reconfiguração de gêneros já existentes, dando origem a formas híbridas que combinam características da oralidade e da escrita. Essa hibridização evidencia a plasticidade dos gêneros e desafia modelos tradicionais de análise.

Além disso, Marcuschi destaca que os gêneros desempenham um papel organizador das práticas comunicativas, funcionando como orientadores das ações discursivas. Ao utilizar um determinado gênero, o sujeito mobiliza conhecimentos prévios sobre sua estrutura, finalidade e contexto de uso, o que facilita a interação e a construção de sentidos. Dessa forma, os gêneros atuam como mecanismos de regulação social, contribuindo para a previsibilidade e a eficácia da comunicação.

Por fim, ao compreender os gêneros textuais como práticas sociais, Marcuschi (2008) reforça a ideia de que a linguagem é uma forma de ação no mundo. Os textos não apenas refletem a realidade, mas também a constroem, influenciando comportamentos, relações sociais e formas de conhecimento. Assim, os gêneros textuais devem ser analisados em sua complexidade, considerando suas dimensões linguísticas, sociais e culturais, bem como seu papel na organização da vida social.

INTERAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NOS GÊNEROS TEXTUAIS

A compreensão dos gêneros textuais como espaços de interação implica reconhecer que o sentido não reside no texto de forma autônoma, mas é construído no processo dinâmico que envolve autor, texto e leitor, em condições sociocognitivas específicas.

Nessa perspectiva, Ingedore Villaça Koch (2010) propõe uma abordagem interacional da linguagem, na qual a produção e a interpretação textual são concebidas como atividades cooperativas, mediadas por conhecimentos compartilhados, inferências e contextos de uso.

Segundo Koch (2010), o texto não é um produto acabado, mas um processo em construção, cujo sentido emerge da interação entre os interlocutores. Isso significa que a compreensão textual depende da ativação de diferentes tipos de conhecimento, como o linguístico, o enciclopédico e o interacional, que permitem ao leitor preencher lacunas, estabelecer relações e produzir inferências. Nesse sentido, a interpretação não é uma atividade passiva, mas uma ação cognitiva e socialmente situada.

Os gêneros textuais desempenham papel central nesse processo, uma vez que funcionam como dispositivos de orientação interpretativa. Ao reconhecer um gênero, o

interlocutor mobiliza expectativas quanto à sua finalidade, organização e estilo, o que direciona tanto a produção quanto a compreensão do texto. Assim, os gêneros operam como “guias” da interação, reduzindo a imprevisibilidade e facilitando a negociação de sentidos (Koch, 2010).

Entretanto, essa orientação não elimina a complexidade da interpretação. Pelo contrário, a construção de sentidos envolve um processo contínuo de negociação, no qual diferentes leituras podem emergir a partir de um mesmo texto. Essa multiplicidade interpretativa decorre da heterogeneidade dos sujeitos e de seus repertórios socioculturais, evidenciando que o sentido é sempre provisório, situado e aberto a reformulações.

Além disso, Koch (2010) destaca que a coerência textual não é uma propriedade intrínseca do texto, mas um efeito construído na interação. Cabe ao leitor estabelecer conexões entre os elementos textuais e o contexto, mobilizando estratégias cognitivas que permitam a construção de uma unidade de sentido. Nesse processo, fatores como intenção comunicativa, contexto de produção e conhecimentos prévios tornam-se determinantes.

A dimensão interacional da linguagem também evidencia o caráter estratégico da produção textual. O autor, ao elaborar um enunciado, antecipa possíveis interpretações e orienta o leitor por meio de escolhas linguísticas e discursivas, como a seleção lexical, a organização textual e o uso de marcadores discursivos. Assim, a produção de um texto envolve não apenas a transmissão de informações, mas a construção de um percurso interpretativo.

Ao ampliar essa discussão, é possível articular a perspectiva de Koch com a noção de dialogismo proposta por Mikhail Bakhtin (1997), evidenciando que a construção de sentidos ocorre em uma rede de relações discursivas. Todo texto dialoga com outros textos e vozes sociais, sendo atravessado por diferentes perspectivas que influenciam sua interpretação. Dessa forma, os gêneros textuais tornam-se espaços privilegiados de circulação e confronto de sentidos.

Nesse contexto, a interação não deve ser compreendida apenas como troca de mensagens, mas como um processo complexo de construção social da realidade. Os gêneros textuais, ao organizarem as práticas discursivas, desempenham um papel fundamental na forma como os sujeitos interpretam o mundo e se posicionam nele.

Por fim, compreender a interação e a construção de sentidos nos gêneros textuais implica reconhecer que a linguagem é, simultaneamente, um fenômeno cognitivo e social. Os sentidos não são dados, mas construídos, negociados e transformados nas práticas discursivas, o que reforça a necessidade de uma abordagem que considere a complexidade dos processos envolvidos na comunicação humana.

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS: DISCURSO, PODER E SOCIEDADE

A análise dos gêneros discursivos adquire maior complexidade quando situada no interior de abordagens contemporâneas que articulam linguagem, poder e sociedade, compreendendo o discurso não apenas como meio de comunicação, mas como prática social que produz, sustenta e transforma relações de poder. Nesse contexto, destaca-se a contribuição de Norman Fairclough, cuja proposta de Análise Crítica do Discurso (ACD) estabelece um marco teórico-metodológico para investigar a linguagem em sua dimensão ideológica (Fairclough, 2001).

Para Fairclough (2001), o discurso é simultaneamente uma forma de ação, uma forma de representação e uma forma de constituição social. Isso significa que, ao mesmo tempo em que os sujeitos utilizam a linguagem para agir no mundo, também constroem representações da realidade e participam da reprodução — ou transformação — das estruturas sociais. Nessa perspectiva, os gêneros discursivos integram as práticas sociais e funcionam como molduras relativamente estabilizadas que organizam a produção e a interpretação dos textos em diferentes contextos institucionais.

Um dos aspectos centrais da abordagem de Fairclough (2001) é a compreensão de que os discursos são atravessados por ideologias, entendidas como significados que contribuem para a manutenção de relações de dominação. Assim, os gêneros discursivos não são neutros, mas participam ativamente da legitimação de determinadas formas de poder, ao naturalizarem discursos hegemônicos e marginalizarem outras vozes. Essa perspectiva permite analisar, por exemplo, como discursos institucionais — jurídicos, midiáticos ou científicos - constroem verdades socialmente aceitas.

Ao aprofundar essa discussão, torna-se indispensável considerar a contribuição de Michel Foucault (2008), cuja abordagem desloca a análise do discurso para o campo das

relações entre saber e poder. Para Foucault (2008), o discurso não apenas reflete a realidade, mas a produz, ao estabelecer regimes de verdade que definem o que pode ser dito, por quem, em que condições e com quais efeitos. Nesse sentido, o discurso é um espaço de controle, mas também de resistência.

A noção de formação discursiva, proposta por Foucault (2008), evidencia que os enunciados não surgem de forma aleatória, mas estão submetidos a regras históricas que delimitam sua produção. Essas regras, muitas vezes invisíveis, determinam os limites do dizível, configurando o que é reconhecido como válido ou legítimo em determinado contexto social. Assim, os gêneros discursivos podem ser compreendidos como parte dessas formações, funcionando como dispositivos que regulam e organizam as práticas discursivas.

Outro ponto relevante na perspectiva foucaultiana é a relação entre discurso e subjetividade. Os discursos não apenas comunicam, mas produzem sujeitos, ao definir identidades, papéis sociais e modos de existência. Nesse sentido, os gêneros discursivos participam da constituição dos sujeitos, ao oferecer modelos de enunciação e formas de posicionamento no mundo social.

Ao articular as contribuições de Fairclough (2001) e Foucault (2008), é possível compreender os gêneros discursivos como espaços de tensão entre reprodução e transformação social. Por um lado, eles tendem a estabilizar práticas e consolidar discursos dominantes; por outro, podem ser apropriados de forma crítica, abrindo espaço para a emergência de novas vozes e sentidos.

Essa perspectiva dialoga, ainda que por caminhos distintos, com a noção de dialogismo de Mikhail Bakhtin (1997), ao reconhecer a linguagem como um campo de múltiplas vozes e disputas ideológicas. No entanto, enquanto Bakhtin (1997) enfatiza a interação e a pluralidade discursiva, abordagens críticas contemporâneas aprofundam a análise ao evidenciar as assimetrias de poder que atravessam essas interações.

Dessa forma, compreender os gêneros discursivos à luz das abordagens contemporâneas implica reconhecê-los como práticas sociais complexas, inseridas em relações de poder, ideologia e produção de conhecimento. Mais do que formas de

organização textual, os gêneros constituem instrumentos por meio dos quais se estruturam discursos, se legitimam saberes e se configuram modos de ver e interpretar a realidade.

GÊNEROS DISCURSIVOS NA CONTEMPORANEIDADE DIGITAL

A contemporaneidade, marcada pela intensificação das tecnologias digitais e pela expansão das redes de comunicação, impõe novas configurações às práticas discursivas, exigindo uma revisão das concepções tradicionais de gêneros textuais. Nesse cenário, os gêneros discursivos não apenas se transformam, mas também se multiplicam, dando origem a formas híbridas, fluidas e altamente dinâmicas, que desafiam classificações estáveis.

De acordo com Luiz Antônio Marcuschi (2008), os gêneros emergem das necessidades comunicativas dos sujeitos e, portanto, acompanham as transformações sociais e tecnológicas. Com o advento da comunicação mediada por computador, observa-se o surgimento de novos gêneros, como e-mails, postagens em redes sociais, fóruns virtuais e mensagens instantâneas, que apresentam características específicas e reorganizam as formas de interação.

Um dos aspectos mais marcantes dos gêneros digitais é a hibridização entre oralidade e escrita. Esses gêneros frequentemente incorporam elementos típicos da oralidade, como informalidade, fragmentação e uso de marcas conversacionais, ao mesmo tempo em que mantêm características da escrita, como registro gráfico e possibilidade de permanência. Essa convergência evidencia a necessidade de superar dicotomias tradicionais, como oral/escrito, formal/informal, na análise dos gêneros contemporâneos (Marcuschi, 2008).

Além disso, os gêneros digitais são profundamente multimodais, integrando diferentes recursos semióticos, como texto verbal, imagens, vídeos, emojis e hiperlinks. Essa multimodalidade amplia as possibilidades de construção de sentidos, exigindo dos sujeitos novas competências interpretativas e produtivas. Nesse contexto, a leitura e a escrita deixam de ser atividades exclusivamente verbais para se tornarem práticas complexas, que envolvem múltiplas linguagens.

Outro elemento relevante refere-se à velocidade e à fluidez das interações digitais. A comunicação em ambientes virtuais é marcada pela instantaneidade, pela simultaneidade e pela constante circulação de informações, o que impacta diretamente a forma como os gêneros são produzidos e consumidos. Os enunciados tornam-se mais breves, dinâmicos e interativos, favorecendo processos de retextualização, remixagem e circulação ampliada de discursos.

Sob a perspectiva das práticas sociais, os gêneros digitais também reconfiguram as relações de poder e participação. A ampliação do acesso às tecnologias permite que um número maior de sujeitos produza e compartilhe conteúdos, o que pode favorecer a democratização da comunicação. No entanto, esse cenário também é atravessado por novas formas de controle, visibilidade e legitimação discursiva, evidenciando que os gêneros digitais estão inseridos em complexas redes de poder.

A análise desses gêneros pode ser enriquecida pela articulação com a noção de dialogismo de Mikhail Bakhtin, uma vez que os ambientes digitais intensificam a interação entre múltiplas vozes, promovendo uma circulação ampliada de discursos. Comentários, compartilhamentos e respostas em tempo real evidenciam a natureza responsiva da linguagem, potencializando a construção coletiva de sentidos.

Ao mesmo tempo, a perspectiva crítica de Norman Fairclough permite compreender como os gêneros digitais participam da produção e circulação de ideologias, influenciando percepções, comportamentos e relações sociais. Plataformas digitais não apenas hospedam discursos, mas também os organizam e hierarquizam, por meio de algoritmos e mecanismos de visibilidade, o que impacta diretamente a construção de sentidos.

Dessa forma, os gêneros discursivos na contemporaneidade digital devem ser compreendidos como fenômenos complexos, que articulam linguagem, tecnologia e sociedade. Mais do que simples adaptações de gêneros tradicionais, eles representam novas formas de ação social, que redefinem modos de interação, produção de conhecimento e participação na vida social.

GÊNEROS DISCURSIVOS E ENSINO: FORMAÇÃO CRÍTICA

A incorporação dos gêneros discursivos no campo educacional representa uma mudança paradigmática no ensino da linguagem, ao deslocar o foco de práticas centradas na gramática normativa para abordagens que privilegiam o uso real da língua em contextos sociais. Nessa perspectiva, o ensino por meio dos gêneros possibilita a formação de sujeitos capazes de atuar criticamente nas diferentes esferas da vida social, compreendendo a linguagem como prática social e não como sistema abstrato.

A partir da concepção de Mikhail Bakhtin (1997), os gêneros discursivos são formas de interação social que organizam a comunicação em diferentes contextos, o que implica reconhecer que ensinar linguagem é, sobretudo, ensinar formas de participação social.

Essa perspectiva é ampliada por Luiz Antônio Marcuschi (2008), ao enfatizar que o domínio dos gêneros textuais é fundamental para o letramento, entendido como a capacidade de atuar de forma competente nas práticas sociais mediadas pela linguagem.

Nesse contexto, o ensino de gêneros discursivos assume um papel central na formação crítica dos sujeitos, ao possibilitar não apenas a produção e compreensão de textos, mas também a análise das condições de produção e circulação dos discursos. Tal abordagem favorece o desenvolvimento de uma consciência crítica em relação aos usos da linguagem, permitindo que os indivíduos identifiquem estratégias discursivas, relações de poder e ideologias subjacentes aos textos.

A contribuição de Paulo Freire (1996) é particularmente relevante nesse debate, ao defender uma educação voltada para a emancipação dos sujeitos, baseada na problematização da realidade e na construção do conhecimento de forma dialógica. Para o autor, a leitura do mundo precede a leitura da palavra, o que reforça a importância de trabalhar com gêneros discursivos que estejam inseridos nas práticas sociais dos alunos, promovendo uma aprendizagem significativa e contextualizada.

Dessa forma, o ensino de gêneros discursivos não se limita ao desenvolvimento de habilidades linguísticas, mas se configura como um instrumento de formação cidadã, ao possibilitar que os sujeitos compreendam, questionem e transformem as práticas

discursivas das quais participam. Assim, a escola assume o papel de espaço de formação crítica, no qual a linguagem é trabalhada como prática social, histórica e ideológica.

GÊNEROS DISCURSIVOS E IDENTIDADE SOCIAL

A relação entre linguagem e identidade constitui um dos eixos centrais das abordagens contemporâneas dos gêneros discursivos, evidenciando que os textos não apenas comunicam, mas também produzem e regulam formas de ser e estar no mundo. Nesse sentido, os gêneros discursivos podem ser compreendidos como espaços nos quais os sujeitos constroem, negociam e expressam suas identidades sociais.

A partir da perspectiva de Michel Foucault (2008), o discurso desempenha um papel fundamental na constituição dos sujeitos, ao estabelecer regimes de verdade que definem o que pode ser dito, pensado e reconhecido como legítimo. Assim, os gêneros discursivos funcionam como dispositivos que orientam formas de enunciação e posicionamento, contribuindo para a produção de identidades sociais.

De forma complementar, Norman Fairclough (2001) destaca que os discursos são práticas sociais que não apenas representam a realidade, mas também a constroem, influenciando identidades, relações sociais e sistemas de conhecimento. Nesse sentido, os gêneros discursivos participam da formação das identidades ao oferecer modelos de interação e padrões de comportamento discursivo.

Essa perspectiva dialoga com o conceito de dialogismo de Mikhail Bakhtin (1997), ao reconhecer que os sujeitos se constituem na interação com o outro, em um processo contínuo de negociação de sentidos. As identidades, portanto, não são fixas ou estáveis, mas construídas discursivamente, sendo constantemente (re)significadas nas práticas sociais.

Além disso, a diversidade de gêneros discursivos possibilita a emergência de múltiplas vozes e perspectivas, contribuindo para a pluralidade de identidades. No entanto, essa pluralidade não se dá de forma igualitária, uma vez que determinados discursos tendem a ser mais valorizados e legitimados do que outros, evidenciando a presença de relações de poder na constituição das identidades.

Dessa forma, compreender os gêneros discursivos implica reconhecer seu papel na construção social das identidades, bem como sua influência na forma como os sujeitos se percebem e são percebidos na sociedade. Os gêneros não apenas refletem identidades, mas participam ativamente de sua produção, regulação e transformação.

GÊNEROS DISCURSIVOS EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A inserção dos gêneros discursivos no contexto educacional representa uma transformação significativa nas práticas pedagógicas, ao promover uma abordagem da linguagem centrada no uso social e na interação. Nesse sentido, os gêneros deixam de ser apenas objetos de análise para se tornarem instrumentos de ensino e aprendizagem, possibilitando a formação de sujeitos capazes de atuar de maneira crítica e reflexiva nas diferentes esferas sociais.

A partir da perspectiva de Mikhail Bakhtin (1997), os gêneros discursivos organizam a comunicação humana em contextos específicos, o que implica reconhecer que o ensino da linguagem deve estar vinculado às práticas sociais dos sujeitos. Ensinar por meio dos gêneros significa, portanto, inserir o aluno em situações reais de uso da linguagem, favorecendo a construção de sentidos e a participação social.

Essa concepção é ampliada por Luiz Antônio Marcuschi (2008), ao afirmar que os gêneros textuais são formas de ação social, sendo fundamentais para o desenvolvimento do letramento. Para o autor, o ensino deve contemplar a diversidade de gêneros presentes na sociedade, possibilitando ao aluno compreender suas funções, estruturas e contextos de uso, o que contribui para uma atuação mais competente nas práticas discursivas.

No campo educacional, essa abordagem implica uma mudança no papel do professor, que passa de transmissor de conteúdo para mediador do processo de aprendizagem. A proposta de Paulo Freire (1996) reforça essa perspectiva ao defender uma educação dialógica, na qual o conhecimento é construído coletivamente a partir da realidade dos sujeitos. Nesse sentido, o trabalho com gêneros discursivos possibilita a

problematização de temas sociais relevantes, promovendo uma aprendizagem significativa e crítica.

Além disso, a utilização de gêneros no ensino favorece o desenvolvimento de competências discursivas, permitindo que os alunos aprendam não apenas a ler e escrever, mas a interpretar, argumentar e posicionar-se diante dos textos. A partir da abordagem interacional de Ingedore Villaça Koch (2010), compreende-se que a construção de sentidos ocorre na interação, o que reforça a importância de práticas pedagógicas que estimulem o diálogo, a troca de experiências e a reflexão crítica.

Dessa forma, os gêneros discursivos assumem um papel central nas práticas pedagógicas contemporâneas, ao possibilitar a articulação entre linguagem, sociedade e educação. Mais do que conteúdos a serem ensinados, os gêneros constituem ferramentas que favorecem a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender e intervir nas práticas discursivas que permeiam a vida social.

DIÁLOGO TEÓRICO: LINGUAGEM, INTERAÇÃO E FORMAÇÃO CRÍTICA NO CONTEXTO EDUCACIONAL

A compreensão dos gêneros discursivos no campo educacional exige a articulação de diferentes perspectivas teóricas que concebem a linguagem como prática social, histórica e ideologicamente situada. Nesse sentido, o pensamento de Mikhail Bakhtin constitui um marco fundamental, ao estabelecer que toda linguagem se realiza por meio de enunciados concretos, inseridos em uma cadeia dialógica, nos quais os sujeitos interagem e constroem sentidos (Bakhtin, 1997). No contexto educacional, essa concepção implica compreender o ensino da linguagem como prática interativa, na qual professores e alunos participam ativamente da construção do conhecimento.

Essa perspectiva dialoga diretamente com a abordagem de Luiz Antônio Marcuschi (2008), que compreende os gêneros textuais como práticas sociais dinâmicas, vinculadas às atividades humanas e às necessidades comunicativas dos sujeitos (Marcuschi, 2008). No âmbito da educação, essa concepção reforça a importância de trabalhar com gêneros reais, inseridos nas práticas sociais, possibilitando ao aluno

desenvolver competências discursivas que ultrapassem o domínio formal da língua e se articulem com sua atuação social.

Ao incorporar a dimensão interacional e cognitiva, Ingedore Villaça Koch (2010) contribui para aprofundar a compreensão do processo de ensino e aprendizagem da linguagem. Para a autora, o sentido é construído na interação entre sujeitos, por meio de processos inferenciais e do acionamento de conhecimentos prévios (Koch, 2010). No contexto educacional, essa perspectiva evidencia que a aprendizagem não se dá pela simples transmissão de conteúdos, mas pela participação ativa dos alunos na construção dos sentidos, o que demanda práticas pedagógicas dialógicas e contextualizadas.

A dimensão crítica da linguagem é ampliada pelas contribuições de Norman Fairclough (2001), que compreende o discurso como prática social atravessada por relações de poder e ideologia (Fairclough, 2001). No campo educacional, essa abordagem possibilita analisar como determinados discursos são legitimados enquanto outros são silenciados, evidenciando o papel da escola na reprodução ou transformação das estruturas sociais. Assim, o trabalho com gêneros discursivos pode contribuir para o desenvolvimento de uma consciência crítica, ao permitir que os alunos identifiquem e questionem as ideologias presentes nos textos.

De forma complementar, Michel Foucault amplia essa discussão ao evidenciar que o discurso está inserido em regimes de verdade que regulam o que pode ser dito, por quem e em quais condições (Foucault, 2008). No contexto educacional, essa perspectiva permite problematizar os saberes que são legitimados no currículo e as formas pelas quais os sujeitos são constituídos por meio das práticas discursivas escolares. Dessa forma, os gêneros discursivos podem ser compreendidos como dispositivos que organizam não apenas a comunicação, mas também a produção de saberes e identidades no espaço educacional.

A interlocução entre esses autores encontra forte ressonância na proposta pedagógica de Paulo Freire (1996), que defende uma educação dialógica, problematizadora e voltada para a emancipação dos sujeitos (Freire, 1996). Para Freire, o processo educativo deve promover a leitura crítica da realidade, o que se articula diretamente com o trabalho com gêneros discursivos, ao possibilitar que os alunos compreendam e questionem as práticas discursivas que permeiam a sociedade.

Nesse sentido, é possível compreender que os gêneros discursivos, no contexto educacional, operam em múltiplas dimensões: como formas de interação (Bakhtin, 1997), como práticas sociais dinâmicas (Marcuschi, 2008), como processos de construção de sentidos (Koch, 2010) e como instrumentos atravessados por relações de poder e ideologia (Fairclough, 2001; Foucault, 2008). Essa articulação evidencia que o ensino da linguagem não pode ser reduzido à transmissão de normas, mas deve promover a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender, produzir e transformar discursos.

Dessa forma, o diálogo entre esses teóricos permite fundamentar uma abordagem educacional que compreende a linguagem como prática social e os gêneros discursivos como ferramentas essenciais para a formação crítica. Ao integrar interação, cognição, sociedade e poder, essa perspectiva contribui para a construção de práticas pedagógicas mais reflexivas, inclusivas e socialmente comprometidas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

A análise dos gêneros textuais e discursivos, à luz das contribuições de Mikhail Bakhtin (1997), Luiz Antônio Marcuschi (2008), Ingedore Villaça Koch (2010), Norman Fairclough (2001) e Michel Foucault (2008), permite compreender que a linguagem, no contexto educacional, não pode ser reduzida a um conjunto de normas ou estruturas formais, mas deve ser entendida como prática social complexa, atravessada por dimensões interacionais, cognitivas e ideológicas.

A partir da perspectiva bakhtiniana, evidencia-se que o ensino da linguagem precisa considerar o caráter dialógico dos enunciados, reconhecendo que todo processo de aprendizagem envolve interação, responsividade e construção compartilhada de sentidos (Bakhtin, 1997). No entanto, observa-se que, em muitos contextos educacionais, ainda prevalecem práticas pedagógicas centradas na transmissão de conteúdos, o que limita a participação ativa dos alunos e reduz a linguagem a um instrumento técnico.

Ao articular essa compreensão com a abordagem de Marcuschi (2008), torna-se evidente que o trabalho com gêneros textuais possibilita superar essa limitação, ao inserir o aluno em práticas sociais reais de uso da linguagem. Entretanto, a análise revela que a simples inserção de gêneros no ensino não garante, por si só, uma formação crítica, sendo

necessário que esses gêneros sejam problematizados em relação às suas funções sociais, condições de produção e efeitos de sentido.

Nesse ponto, a contribuição de Koch (2010) amplia a análise ao evidenciar que a construção de sentidos depende da interação entre sujeitos e do acionamento de conhecimentos prévios. Assim, práticas pedagógicas que não consideram o contexto sociocultural dos alunos tendem a dificultar a aprendizagem, uma vez que desconsideram os processos cognitivos envolvidos na interpretação textual.

A dimensão crítica da linguagem, por sua vez, torna-se mais evidente a partir das contribuições de Fairclough (2001) e Foucault (2008), que permitem compreender que os discursos presentes no ambiente escolar não são neutros, mas carregam valores, ideologias e relações de poder. Nesse sentido, a escola pode tanto reproduzir discursos hegemônicos quanto se constituir como espaço de resistência e transformação social.

Dessa forma, a análise evidencia que o trabalho com gêneros discursivos no contexto educacional deve ir além de uma abordagem instrumental, assumindo um caráter crítico e reflexivo. Isso implica não apenas ensinar a ler e escrever, mas formar sujeitos capazes de compreender, questionar e transformar as práticas discursivas que permeiam a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou compreender os gêneros textuais e discursivos como fenômenos complexos, que articulam linguagem, interação, cognição, sociedade e poder, especialmente no contexto educacional. A partir da teoria de Mikhail Bakhtin (1997), evidenciou-se o caráter dialógico da linguagem, enquanto as contribuições de Luiz Antônio Marcuschi (2008) reforçaram a compreensão dos gêneros como práticas sociais dinâmicas.

A abordagem interacional de Ingedore Villaça Koch (2010) permitiu aprofundar a análise dos processos de construção de sentidos, enquanto as perspectivas críticas de Norman Fairclough (2001) e Michel Foucault (2008) evidenciaram a relação entre discurso, poder e produção de saberes.

No campo educacional, tais contribuições reforçam a necessidade de práticas pedagógicas que compreendam a linguagem como prática social, promovendo a formação de sujeitos críticos e capazes de atuar de forma consciente nas diferentes esferas da vida social. O trabalho com gêneros discursivos, nesse sentido, constitui uma estratégia potente para o desenvolvimento do letramento crítico, desde que articulado a uma abordagem reflexiva e contextualizada.

Considera-se que o ensino da linguagem deve ultrapassar modelos tradicionais centrados na norma, assumindo uma perspectiva que valorize a interação, a construção de sentidos e a problematização dos discursos. Dessa forma, a educação pode contribuir não apenas para o desenvolvimento de competências linguísticas, mas para a formação de sujeitos capazes de compreender e transformar a realidade social em que estão inseridos.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KOCH, Ingedore Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

Submissão: maio de 2026. Aceite: junho de 2026. Publicação: agosto de 2026.